

Demonstrações Contábeis

Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis..... 1

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Diretores e Acionistas da
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.
Brasileira – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Marangatu 1 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.194	197
Contas a receber de clientes	5	1.220	1.008
Impostos a recuperar		20	11
Outros ativos		393	171
Total ativo circulante		3.827	1.387
Não circulante			
Ativo de direito de uso	7	1.488	9.450
Imobilizado	8	168.367	175.004
Intangível		56	71
Total ativo não circulante		169.911	184.525
Total dos ativos		173.738	185.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	1.574	1.588
Arrendamentos	10	139	120
Impostos a recolher		248	189
Total passivo circulante		<u>1.961</u>	<u>1.897</u>
Não circulante			
Fornecedores	9	-	3
Arrendamentos	10	1.340	9.621
Provisão para desmobilização	11.2	276	254
Impostos diferidos		4	-
Partes relacionadas	6	-	65
Total passivo não circulante		<u>1.620</u>	<u>9.943</u>
Capital social	12	176.806	124.323
Adiantamento para futuro aumento de capital		77	52.259
Prejuízos acumulados		(6.726)	(2.510)
Total patrimônio líquido		<u>170.157</u>	<u>174.072</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>173.738</u>	<u>185.912</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	13	12.819	7.227
Custo de operação	14	<u>(16.602)</u>	<u>(8.899)</u>
Prejuízo Bruto		(3.783)	(1.672)
Administrativas	14	(21)	(80)
Outras (despesas) receitas operacionais	14	19	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(3.785)	(1.752)
Receitas financeiras	15	144	4
Despesas financeiras	15	(116)	(95)
Variação monetária/cambial líquida	15	-	(425)
Resultado financeiro líquido		28	(516)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.757)	(2.268)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(455)	(185)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(4)	-
Prejuízo do exercício		<u>(4.216)</u>	<u>(2.453)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(4.216)	(2.453)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(4.216)</u>	<u>(2.453)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Adiantamento futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		124.323	34.007	(57)	158.273
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	18.252	-	18.252
Prejuízo do exercício		-	-	(2.453)	(2.453)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		124.323	52.259	(2.510)	174.072
Integralização de aumento de capital	12	52.483	(52.182)	-	301
Prejuízo do exercício		-	-	(4.216)	(4.216)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		176.806	77	(6.726)	170.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos	(3.757)	(2.268)
Depreciações e amortizações	6.795	5.243
Arrendamentos - atualização financeira	11	65
Atualização para desmobilização	22	3
Caixa restrito e depósitos judiciais - atualização monetária	-	(4)
Recuperação de custos	(291)	-
	<u>2.780</u>	<u>3.039</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(212)	(1.008)
Impostos a recuperar	(9)	92
Outros ativos	(222)	5
	<u>(443)</u>	<u>(911)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(17)	(1.381)
Impostos a recolher	5	(312)
	<u>(12)</u>	<u>(1.693)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>2.325</u>	<u>435</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(401)	(101)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>1.924</u>	<u>334</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(50)	(18.467)
Partes relacionadas	(65)	65
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(115)</u>	<u>(18.402)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	18.252
Aumento (redução) de capital	301	-
Pagamentos de arrendamentos	(113)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>188</u>	<u>18.252</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.997</u>	<u>184</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.194	197
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	197	13
	<u>1.997</u>	<u>184</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Marangatu 1 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2021, com sede na Fazenda Atravessado, S/N, Lote Gleba 1, Zona Rural, Brasileira no Estado do Piauí.

A Companhia é controlada pela Marangatu Holding S.A. e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de energia solar, cuja capacidade instalada atual é de 30,0 MW, com início das operações em abril de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, como segue:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.935	11 de maio de 2021	35 anos	30

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia vem sendo impactada pelos efeitos do *curtailment*, entendido como a redução, limitação ou interrupção da inserção de energia elétrica, majoritariamente de fontes renováveis, no sistema de transmissão, decorrente principalmente de restrições operacionais e de capacidade da rede básica. Tais eventos resultaram em impactos financeiros adversos sobre a receita de geração. A Administração avalia que esses impactos são passíveis de ressarcimento, nos termos e condições previstos na Lei nº 15.269/2025, conforme detalhado na Nota explicativa 20.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter a continuidade de suas operações e concluiu que a Companhia possui suporte e recursos suficientes para dar prosseguimento regular às suas atividades no futuro previsível. A Administração também declara não ter conhecimento de incertezas materiais que possam levantar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional

1.2. Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Projeto Fotovoltaico	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste	Data Base
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,310	128,85	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Marangatu 1 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada	0,777333	125,72	IPCA	01/01/2024 a 31/12/2041	Janeiro	01/10/2021

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 24 de março de 2026, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do Ativo de Direito em uso e imobilizado (nota explicativa 7 e 8);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 8);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa 10); e
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 11.2).

3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1. Normas e Interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 18	01.01.2026

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS 1	01.01.2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	IFRS 19	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo. Por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixas e bancos	907	197
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>1.287</u>	<u>-</u>
	<u>2.194</u>	<u>197</u>

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados, em média, a taxas 96,5% em 2025 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	<u>Valores Correntes</u>		
	<u>Corrente a Vencer</u>		
	<u>Até 60 dias</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	969	969	1.008
Suprimento de energia elétrica - Partes relacionadas	<u>251</u>	<u>251</u>	<u>-</u>
Total Circulante	<u>1.220</u>	<u>1.220</u>	<u>1.008</u>

6. Transações com Partes relacionadas

	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Balço patrimonial			
Ativo circulante			
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda (Nota explicativa 5).	Venda de energia	251	-
		<u>251</u>	<u>-</u>
Total ativo		<u>251</u>	<u>-</u>
Passivo circulante			
Canadian	Custos compartilhados	-	4
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (Nota explicativa 9)	Compra de energia	-	539
		<u>-</u>	<u>543</u>
Passivo não circulante			
Marangatu Holding S/A (i)	Custos compartilhados	-	65
		<u>-</u>	<u>65</u>
Total passivo		<u>-</u>	<u>608</u>
Resultado do exercício			
	<u>Natureza</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Venda de energia	3.426	159
Total de receitas		<u>3.426</u>	<u>159</u>
Marangatu Holding S/A	Custos compartilhados		(65)
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Compra de energia	(1.112)	(1.169)
		<u>(1.112)</u>	<u>(1.234)</u>
Total Resultado		<u>2.314</u>	<u>(1.075)</u>

(i) Referem-se a custos da obra rateados entre as Companhias do grupo.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

A Companhia não efetuou pagamentos ou concessões de qualquer natureza aos seus administradores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

7. Ativo de direito de uso

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque solar da Companhia. Esse contrato é considerado como arrendamento conforme nova metodologia e é apresentado na nota explicativa 10 Arrendamento

a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2025			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso								
Geração								
Arrendamentos de terras	5,15%	1.807	(319)	1.488	2,33%	9.676	(226)	9.450
		1.807	(319)	1.488		9.676	(226)	9.450
Total direito de uso		1.807	(319)	1.488		9.676	(226)	9.450

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Valor líquido em 31/12/2024	Correção contratual	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2025
Ativos de direito de uso				
Arrendamentos de terras	9.450	(7.869)	(93)	1.488
Total Ativos de direito de uso	9.450	(7.869)	(93)	1.488

	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativos de direito de uso				
Arrendamento de terras	-	9.676	(226)	9.450
Total Ativos de direito de uso	-	9.676	(226)	9.450

8. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, mas limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2025			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,47%	44.432	(2.628)	41.804	3,47%	44.432	(1.126)	43.306
Máquinas e equipamentos	4,07%	135.308	(9.060)	126.248	4,12%	135.306	(3.883)	131.423
Móveis e utensílios	6,25%	26	(3)	23	6,25%	26	(1)	25
Outros	3,17%	251	(9)	242	3,17%	251	(1)	250
Total do imobilizado em serviço		180.017	(11.700)	168.317		180.015	(5.011)	175.004
Imobilizado em curso								
Geração		50	-	50		-	-	-
Total do imobilizado em curso		50	-	50		-	-	-
Total do Imobilizado		180.067	(11.700)	168.367		180.015	(5.011)	175.004

b. Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	43.306	-	(1.502)	41.804
Máquinas e equipamentos	131.423	-	(5.175)	126.248
Móveis e utensílios	25	-	(2)	23
Desmobilização (i)	250	-	(8)	242
Total do imobilizado em serviço	175.004	-	(6.687)	168.317
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	-	50	-	50
Total do imobilizado em curso	-	50	-	50
Total do imobilizado	175.004	50	(6.687)	168.367

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	44.432	(1.126)	43.306
Máquinas e equipamentos	-	-	135.306	(3.883)	131.423
Móveis e utensílios	-	-	26	(1)	25
Desmobilização (i)	1.494	-	-	(1)	250
Total do imobilizado em serviço	1.494	-	179.764	(5.011)	175.004
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	134.393	45.371	(179.764)	-	-
Adiantamento a fornecedores	26.949	(26.949)	-	-	-
Total do imobilizado em curso	161.342	18.422	(179.764)	-	-
Total do imobilizado	162.836	18.422	-	(5.011)	175.004

(i) As informações sobre a desmobilização estão descritas na nota explicativa 11.2

9. Fornecedores

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia - Parte relacionadas	-	539	-	-
Materiais e Serviços - Parte relacionadas	-	4	-	-
	-	543	-	-
Suprimento de energia	-	193	-	-
Materiais e Serviços	1.574	852	-	3
	1.574	1.045	-	3
	1.574	1.588	-	3

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

10. Arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados.

Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia mantém contratos de arrendamentos de terrenos onde se localiza seu parque eólico. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e apresentados nesta nota explicativa e de Ativo de direito de uso (nota explicativa 9).

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Arrendamentos de terra	10.981	(9.313)	-	(113)	1.555
(-) Ajuste a valor presente	(1.240)	1.153	11	-	(76)
Total	9.741	(8.160)	11	(113)	1.479
Circulante	120				139
Não Circulante	9.621				1.340
Total	9.741				1.479

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização financeira	Saldo em 31/12/2024
Arrendamentos de terra	-	10.981	-	10.981
(-) Ajuste a valor presente	-	(1.305)	65	(1.240)
Total	-	9.676	65	9.741
Circulante	-			120
Não Circulante	-			9.621
Total	-			9.741

11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

11.1. Provisões para demandas judiciais

11.1.1. Risco Possível

	Possível			
	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	-	3.404	235	3.639
	-	3.404	235	3.639

Auto de Infração SEMARH/PI – Processos administrativos 20245.31/0505; 20245.31/0506;

A Companhia é parte em processos administrativos ambientais instaurados pela SEMARH/PI, decorrentes de Autos de Infração relacionados ao Complexo Solar Marangatu. As autuações referem-se à alegada inobservância de condicionantes da Licença de Instalação. A defesa sustenta a inexistência de infração, considerando que a autoridade ambiental tinha ciência da execução das obras e autorizou a operação mediante condicionante posterior, os processos seguem em tramitação administrativa, sem decisão final.

11.2. Provisões para desmobilização

Provisões para desmobilização são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica solar para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos.

Essas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

Os valores abaixo refletem o saldo em 31 de dezembro de 2025, referente à provisão para desmobilização do parque solar em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa 8). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque solar (nota explicativa 10).

O cálculo do valor da provisão para desmobilização foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque solar. A provisão é atualizada mensalmente pela inflação futura (remensurada anualmente) e trazida a valor presente pela taxa de 8,35% a.a.

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Provisão para desmobilização	254	22	276
	254	22	276

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Provisão para desmobilização	1.494	(1.243)	3	254
	1.494	(1.243)	3	254

12. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$176.806 (R\$124.323, em 31 de dezembro de 2024), representados por 17.680.557.360 ações ordinárias, em moeda corrente nacional, no valor nominal de 0,01 (um centavo) cada uma.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade em milhares de ações	R\$ mil	Quantidade em milhares de ações	R\$ mil
Capital subscrito	17.680.600	176.806	124.323	124.323
Recursos destinados a aumento de capital	7.700	77	5.225.900	52.259
	17.688.300	176.883	5.350.223	176.582

Os aportes de capital foram realizados nos meses discriminados abaixo:

Data	R\$ mil	Quantidade em milhares de ações
31/12/2024	124.323	12.432.300
Julho	52.483	5.248.300
31/12/2025	176.806	17.680.600

A Composição societária é apresentada a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade em milhares de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade em milhares de ações	R\$ mil	% do capital social
Marangatu Holding S.A.	17.680.600	176.806	100%	12.432.300	124.323	100%
	17.680.600	176.806	100%	12.432.300	124.323	100%

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e são destinados sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio-JSCP líquido de impostos.
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2025 e 2024, a Companhia não obteve lucro a distribuir.

13. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Suprimento mercado livre	13.509	7.399
Energia de curto prazo	8	101
Receita operacional bruta	13.517	7.500
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(494)	(273)
	<u>(494)</u>	<u>(273)</u>
Encargos do consumidor		
TFSEE	(204)	-
	<u>(204)</u>	<u>-</u>
Total deduções da receita operacional	(698)	(273)
Receita operacional líquida	12.819	7.227

14. Custos e despesas (por natureza)

	<u>2025</u>			<u>2024</u>		
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>
Energia elétrica comprada para revenda	(6.255)	-	(6.255)	(1.841)	-	(1.841)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.922)	-	(1.922)	(1.218)	-	(1.218)
Pessoal e Administradores	-	-	-	-	(28)	(28)
Material	(4)	-	(4)	(123)	-	(123)
Serviços de terceiros	(1.228)	(2)	(1.230)	(351)	(21)	(372)
Serviços de auditoria	(8)	-	(8)	(8)	-	(8)
Depreciação	(6.780)	-	(6.780)	(5.237)	-	(5.237)
Amortização	(15)	-	(15)	(6)	-	(6)
Aluguéis e arrendamentos	(96)	-	(96)	(3)	(5)	(8)
Outras	(294)	(19)	(313)	(112)	(26)	(138)
(-) Outras receitas	-	19	19	-	-	-
Total	(16.602)	(2)	(16.604)	(8.899)	(80)	(8.979)

15. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	144	-
Outros juros e variações monetárias	-	4
Receitas financeiras total	<u>144</u>	<u>4</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Atualização de arrendamento	(11)	(65)
Atualização para desmobilização	(22)	(3)
Outras despesas financeiras	(83)	(27)
Despesas financeiras total	<u>(116)</u>	<u>(95)</u>
Variação monetária/cambial líquida		
Variação cambial	-	(425)
Total variação monetária/cambial líquida	<u>-</u>	<u>(425)</u>
Total resultado financeiro	<u><u>28</u></u>	<u><u>(516)</u></u>

16. Imposto de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Considerando que a Companhia passou a adotar o regime de **lucro Presumido**, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada com base em percentuais fixos aplicáveis sobre a receita bruta, conforme a legislação vigente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para o cálculo dos montantes são aquelas em vigor na data do balanço.

Ausência de incerteza sobre a tributação do lucro

A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido, no qual os tributos incidem diretamente sobre a receita, eliminando incertezas quanto ao tratamento fiscal do lucro. Dessa forma, a Interpretação do ICPC 22, que exige a avaliação da probabilidade de aceitação do tratamento fiscal escolhido pela entidade, não gera impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	<u>(459)</u>	<u>(185)</u>
IRPJ - Corrente	(292)	(114)
CSLL - Corrente	(163)	(71)
Total IRPJ/CSLL - Corrente	<u>(455)</u>	<u>(185)</u>
IRPJ - Diferido	(2)	-
CSLL - Diferido	(2)	-
Total IRPJ/CSLL - Diferido	<u>(4)</u>	<u>-</u>
	<u><u>(459)</u></u>	<u><u>(185)</u></u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de fornecimento de Energia Elétrica	13.517	13.517	6.548	6.548
Receita Bruta total	13.517	13.517	6.548	6.548
Presunção IRPJ (8%) e CSLL (12%)	1.081	1.622	524	524
Receita Financeira	144	144	5	5
Outras Receitas	21	21	-	-
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	1.246	1.766	529	529
	(292)	(163)	(114)	(71)
Outros efeitos	(2)	(2)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(294)	(165)	(114)	(71)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(292)	(163)	(114)	(71)
Diferido	(2)	(2)	-	-
	(294)	(165)	(114)	(71)
	25%	9%	25%	9%

Aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e 9% para contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

17. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima era de R\$1.220 (R\$ 1.008 em 31 de dezembro de 2024) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas.

b) Risco operacional

A Companhia está exposta ao risco de *curtailment*, entendido como a redução ou limitação da energia que poderia ser entregue à rede ou ao mercado, normalmente decorrente de restrições de escoamento, despacho centralizado, condições sistêmicas, limitações técnicas ou desequilíbrios entre o perfil de geração e o perfil contratual. Esse risco pode resultar em menor receita, perdas de eficiência operacional e maior volatilidade no resultado.

c) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2025				31/12/2024	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.574	-	-	-	1.574	1.591
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	65
Arrendamentos	-	139	368	972	1.479	9.741
Total	124.943	139	2.550.146	1.399.430	3.053	11.397

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2.194	2.194	197	197	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	1.220	1.220	1.008	1.008	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Arrendamentos	1.479	1.479	9.741	9.741	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	-	65	65	Custo amortizado
Fornecedores	1.574	1.574	1.591	1.591	Custo amortizado

d) Hierarquia de valor justo

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do setor.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

O ambiente tributário brasileiro encontra-se em processo de mudanças estruturais em razão da aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, que substituirá os tributos atuais PIS, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pelos novos CBS, IBS e Imposto Seletivo. A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033, conforme regulamentação aprovada pelo Congresso Nacional.

O processo regulatório segue em evolução, com leis complementares aprovadas em 2024 e 2025 e ajustes adicionais realizados pelo Congresso, incluindo alterações em regimes específicos, benefícios fiscais e isenções. Essas definições podem afetar as bases de cálculo, alíquotas, regras de creditamento e incentivos aplicáveis às operações da Companhia.

Diante desse cenário, permanece incerteza relevante quanto aos impactos finais das mudanças tributárias sobre a apuração de tributos, reconhecimento contábil, margens e fluxos de caixa futuros. A Companhia monitora continuamente a tramitação legislativa e os atos normativos que regulamentam o novo sistema, avaliando eventuais efeitos materiais que possam surgir em períodos subsequentes.

c) Mudanças climáticas

Os parques solares do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso solar que impacta na geração de energia.

A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso solar para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

18. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados adequados pela Administração para mitigar riscos associados às suas operações, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos e as recomendações de seus consultores especializados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seguros para Responsabilidade Civil Geral (RCG) no montante de R\$20.000 com período de vigência de 30 de novembro de 2025 a 30 de novembro de 2026. Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R\$ 800.000 com período de vigência de 30 de novembro de 2025 a 30 de novembro de 2026. Os seguros contratados englobam a Panati Holding S.A e suas controladas e Marangatu Holding e suas controladas. D&O (‘Directors and Officer’) no montante de R\$140.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08 de novembro de 2025 a 08 de novembro de 2026.

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

19. Transações que não afetaram o caixa

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Atividades de Investimento			
Imobilizado – Baixa de desmobilização		-	(1.243)
Atividades de Financiamento			
Ativo de direito de uso – correção contratual		(7.869)	9.676

20. Eventos subsequentes

A Lei nº 15.269/2025 assegurou às geradoras de energia elétrica o direito ao ressarcimento pelos cortes de geração decorrentes de Restrições de Disponibilidade Externa e de Confiabilidade Elétrica, referentes ao período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025.

A Administração avaliou os requisitos legais e concluiu que a Companhia atende aos critérios para eventual recebimento do ressarcimento. Todavia, os valores ainda não foram definidos, pois dependem de regulamentação e de deliberações futuras dos órgãos reguladores.

O direito ao ressarcimento está condicionado à adesão voluntária ao termo de compromisso previsto na referida lei, que contempla, entre outros aspectos, a renúncia a ações judiciais e administrativas relacionadas aos eventos de *curtailment* e a habilitação da Companhia para participar do mecanismo de apuração, cálculo e liquidação, a ser operacionalizado pelo ONS e pela CCEE.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não havia deliberado sobre a adesão ao referido termo, mantendo o acompanhamento do processo regulatório para posterior tomada de decisão.

Composição da Diretoria

André Pereira
Diretor Geral

Guy Ishikawa
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
CRC-1SP145065/O-9 S-PI